

“A independência somos todos nós”:

uma análise sobre as comemorações da Independência em 7 de setembro de 1980 nas regiões periféricas do Brasil

Ronaldo Zatta ¹
Ismael Antônio Vannini ²

Resumo: Este artigo apresenta, primariamente, uma análise sobre as comemorações voltadas à data de ‘7 de setembro’ – dia em que se comemora a independência do Brasil – nas regiões afastadas dos grandes centros políticos e econômicos do país. É tomado como base de análise para esta pesquisa o “Relatório Semana da Pátria de 1980” emitido pelo DEC – Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão – PR ao Comando Militar local, da 2º Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada. O Relatório citado presta esclarecimentos sobre as atividades realizadas de cunho esportivas, culturais, cívicas e litúrgicas. Tal fonte primária é tratada como objeto resultante de um projeto de construção social pelo Regime Militar brasileiro, ativo em alastrar a coesão política num processo de educação cívica pelo culto do patriotismo.

Palavras-chave: Sociedade, Exército, comemoração, civismo e identidade.

Abstract: This article presents, primarily, an analysis of the commemorations of the date of ‘7th September – the day on which Brazil’s independence is celebrated – in regions far from the country’s major political and economic centers. It is taken as basis of analysis for this research the “Report Homeland Week of 1980” issued by DEC – Department of Education and Culture of the Municipality of Francisco Beltrão – PR to the local Military Command, of the 2nd Company of the 33rd Motorized Infantry Battalion. The aforementioned Report provides clarification on the sports, cultural, civic and liturgical activities carried out. This primary source is treated as an object resulting from a project of social construction by the Brazilian Military Regime, active in spreading political cohesion in a process of civic education through the cult of patriotism

KeyWords: Society, Army, commemoration, civility and identity.

“Independence is all of us”: an analysis of the Independence commemorations on September 7, 1980 in the peripheral regions of Brazil

¹ Doutor em História pela UFPR. Vinculado ao Grupo de Pesquisa CNPQ “Cultura, Etnias, Identificações”. E-mail: ronaldozatta@yahoo.com.br .

² Doutor em História. Professor do Curso de História da UNICENTRO - Campus de Coronel Vivida. Vinculado ao Grupo de Pesquisa CNPQ “Cultura, Etnias, Identificações”. E-mail: vaniniunicentro@gmail.com .

Considerações iniciais

No dia 7 de setembro se comemora a Independência do Brasil! Certamente, a mais conhecida e celebrada data dentro do Calendário Nacional Brasileiro, qual está associada ao ano de 1822, quando o príncipe regente do Brasil, D. Pedro I, às margens do Riacho Ipiranga, Estado de São Paulo, teria proferido o “grito” de independência ou morte, assim “assinalado o rompimento definitivo dos laços coloniais e políticos com Portugal”. (OLIVEIRA, 2007, p. 207). Tal ato foi resultante de um agravamento da crise entre portugueses de Portugal e portugueses do Brasil, que engajados no mesmo projeto de institucionalização de um Estado Liberal, divergiam sobre organização constitucional, adoção de novo modelo político, interesses econômicos e formulações político-ideológicas. (LYRA, 1994).

O reconhecimento do Brasil como nação independente não se consolidou nos primeiros anos pós 7 de setembro de 1822, pois na medida que se afastava dos interesse de Portugal, o país se aproximada da influência da Inglaterra – seu principal importador – fazendo com que os interesses dos que lutaram contra Portugal não fossem atendidos pelo governo. Em 1824, a primeira constituição brasileira, outorgada por D. Pedro I, dividiu a sociedades em cidadãos ativos e passivos, ou seja, aqueles que teriam seus direitos e interesses assegurados, daqueles que deveriam assistir à evolução do país à margem do processo. (PEREIRA, LIMA, 2015).

Desta forma, em busca de uma baliza segura que afirme o nascimento da nação brasileira, muitos historiadores que se dedicaram ao tema, tendem a afirmar que a passagem do Ipiranga não significou a separação do Reino de Portugal, e que, o então formado, Reino do Brasil, nem ao menos no campo simbólico, passou a ser referência de simultânea coesão social em critérios de vigência universal, sendo o respaldo disso as Guerras da Independência e a aceitação tardia das elites, que num regime escravistas acreditam que a coesão interna com base em critérios universais deveria ser barrada pelo estado, e não ao contrário, absurdamente, o fundamento de sua existência. (JANCSÓ, 2003).

E as interpretações recorrentes que associam independência com a separação de Portugal foram formas simplistas de compreender circunstâncias históricas do Brasil no início do século XIX, de forma literal, a data de 7 de setembro acabou por sobrepujar demais marcos da formação da nação, como citada a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831. Teria sido somente, a partir de 1860 que a data passou a ter alguma importância no calendário comemorativo do Império, erguendo-se monumentos, palácios de feições renascentistas e

demais obras de arte.³ Mas, foi com o estabelecimento do Regime Republicano, que a data passou a ser compreendida como histórica, sendo festejada anualmente com as paradas militares e a participação popular. Em 1922, por ocasião do Centenário, foi instituído o Hino Nacional qual passou a ser um dos símbolos nacionais, perdurando até os dias de hoje. (OLIVEIRA, 2007).

Ao estudar as comemorações do 7 de setembro durante o período varguista, 1930-1945, fora percebido o uso de discursos comemorativo como elemento formador de sujeitos e modelador de condutas, segurados pelos festejos patrióticos. A ideia de um “Brasil forte” esteve sempre presente no Governo Vargas, e pela educação cívica buscava-se moldar o espírito patriota defensor da nação. (SARDAGNA, 2004).

As comemorações voltadas ao dia 7 de setembro como marco simbólico do nascimento da nação brasileira, sem dúvidas, têm transposto os filtros das críticas historiográficas e da pós-modernidade⁴ ganhando continuidade no tempo. Pensando no tempo presente, quase dois séculos depois, as comemorações desta data cívica se apresentam como uma das maiores, se não a maior, festa cívica brasileira que envolve governos, setores públicos, organizações privadas e massas populares. Ao passo do tempo, essa tradição comemorativa, do marco simbólico do nascimento da nação, se reinventa e serve às provocações do presente na criação de identidades sociais.

É neste sentido que este estudo teve a pretensão de analisar, não o que foram, mas sim algumas considerações sobre as comemorações do 7 de setembro do ano 1980, acatada como a 158ª comemoração de Independência do Brasil, partindo de uma fonte primária, e inédita: o “Relatório Semana da Pátria 1980”. Esta pesquisa intui em perceber como se organizava as comemorações cívicas em locais periféricos aos centros políticos e econômicos brasileiros, durante o Regime Militar.

³ “Em 1882 foi inaugurada a estátua equestre de D. Pedro I na atual Praça Tiradentes, na cidade do Rio de Janeiro, em honra aos quarenta anos da Independência e à Carta Constitucional de 1824. Entre 1885 e 1890, realizaram-se na cidade de São Paulo, as obras de construção do Monumento do Ipiranga, palácio de feições renascentistas, edificado no suposto local do famoso “grito”, e que após a proclamação da República passou a abrigar o Museu Paulista, popularmente conhecido como Museu do Ipiranga. Especialmente para ornamentar esse edifício, Pedro Américo, confeccionou, entre 1886 e 1888, o painel Independência ou Morte, imagem emblemática do 7 de setembro”. (OLIVEIRA, 2007, p. 208).

⁴ Para esse trabalho, compreende-se a “pós-modernidade” pela estrutura sociocultural que emergiu no final dos anos 80 designada pela globalização e o domínio do sistema capitalista. Pensamos a pós-modernidade emprestando a definição de Tedesco, quando afirma que “a pós-modernidade defende a chamada destruição criadora das identidades; seus princípios básicos são a redução da identidade à subjetividade, à pluralidade e a transitoriedade”. (TEDESCO, 2004).

O município de Francisco Beltrão-PR localiza-se à 471 km de distância de Curitiba, capital do estado do Paraná, mas muito próximo à divisa com o Estado de Santa Catarina, e com a fronteira da República Argentina. Uma região afastada dos grandes aglomerados urbanos do país, que viviam, naquele período, os constantes movimentos de reabertura política. Entretanto, as disputas por limites e demarcações ao longo da história da ocupação territorial acabou envolvendo a região na Questão de Palmas, Guerra do Contestado e Revolta dos Posseiros. Portanto, uma área de grande extensão rural fronteiriça, e conflituosa, de interesse da segurança nacional com presença militar relevada, e considerada como primordial do ponto de vista estratégico. Justifica-se, portanto, o cuidado com que autoridades organizaram as festividades de 7 de setembro na região, percebidas como um culto ao patriotismo que intentavam forjar espíritos patrióticos.

As festividades cívicas de 1980 passaram a ser noticiadas pela imprensa escrita de desde jul. 1980, pois os jogos municipais da Semana da Pátria, nas suas sete modalidades, resultaram em inúmeras partidas que passaram a ser disputadas de forma antecipada. (O ESTADO DO PARANÁ, 13 jul. 1980, p. 12).

A abertura oficial do evento somente ocorreu dia 30 ago. quando chega da cidade Cascavel – PR, trazido numa lanterna por viatura militar do Exército brasileiro, a centelha do Fogo Simbólico da Pátria⁵, que cruzou a cidade carregada por atletas, até chegar à Praça Eduardo Virmond Suplicy, onde foi entregue ao Prefeito Municipal que ascendeu a pira. (O ESTADO DO PARANÁ, 31 ago. 1980). Então, o Prefeito Municipal de Francisco Beltrão-PR, senhor João Batista de Arruda (ARENA), ao lado do Tenente Coronel Divaldo Antônio de Lorenzo Mendonça – Comandante da Organização Militar local, a 2ª Companhia de Infantaria – em solenidade pública, pareados por demais autoridades civis, recebem a centelha do “Fogo Simbólico da Pátria” das mãos de uma atleta que trajava a camisa de cores verde e amarela. Dava-se início, oficialmente, as atividades comemorativas do 158º Aniversário de

⁵ O Fogo Simbólico da Pátria surgiu em 1937, no Rio Grande do Sul, quando um grupo de patriotas procurava um símbolo que bem representasse o calor patriótico do povo brasileiro. Assim surgiu a ideia do Fogo, companheiro do homem desde a pré-história. Aprovada a ideia, foi decidido que o símbolo receberia a denominação de Fogo Simbólico da Pátria e que deveria percorrer todo o território nacional, em peregrinação cívica. A Liga da Defesa Nacional (LDN), criada por Olavo Bilac, se juntou aos idealizadores e organizou a corrida do Fogo Simbólico da Pátria, evento realizado pela primeira vez em 1938, num percurso de 26 Km entre as cidades de Viamão e Porto Alegre. Fonte: Portal do Exército brasileiro. Disponível em: < https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/9-bi-mtz-fogo-simbolico-da-patria >. Acesso em: 23 out. 2019.

Independência do Brasil, em um pequeno município de fronteira com a República Argentina, qual não gozava de prestígios no cenário político, ou econômico, nacional.

Intitulada pelo slogan “A INDEPENDÊNCIA SOMOS TODOS NÓS” as comemorações da semana da Pátria daquele ano, realizou atividades cívicas, culturais, esportivas, sociais e religiosas que envolveram autoridades civis, entidades de classes, militares, órgãos de ensino, sociedade civil e comunidade em geral.



Figura 1. Prefeito João Batista de Arruda recebendo o “Fogo Simbólico da Pátria” em 30 ago. 1980. Fonte: Relatório da Semana da Pátria Francisco Beltrão 1980.

O fogo permaneceu aceso durante a semana comemorativa, sendo extinto por ocasião do arriamento das bandeiras, em 7 de setembro, quando cessaram as comemorações. Um detalhe das comemorações daquele ano é que o Fogo Simbólico da Pátria se fez presente somente em cidades que possuíam guarnições militares das Forças Armadas. (JORNAL DO IGUAÇU, 02 set. 1980, np).

Um jornal regional publicou que o “Dia da Pátria” foi comemorado, em Francisco Beltrão, com belo desfile! Uma parada cívica comandada pelo Prefeito Municipal, João Batista de Arruda, e pelo Tenente Coronel Divaldo de Lorenzo, comandante militar local. Comemorações que se encerraram com a missa de Ação de Graças. (JORNAL DO IGUAÇU, 09 set. 1980, p. 1).

Aquela festividade aparentemente rotineira, que compunha o calendário anual brasileiro, uma “despretensiosa” comemoração de 7 de setembro de 1980 no Sudoeste do Paraná, deixa de transparecer em uma análise superficial, aspectos da detalhada cultura burocrática, entre diferentes instituições, em que o Regime Militar brasileiro atuou nos tempos em que se legitimavam-se a censura e a repressão, na construção de um ideário de nação brasileira.

Apresentação da fonte

A fonte primária desta pesquisa é uma encadernação documental, emitida pela Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão – PR, através do Departamento de Educação e Cultura, em setembro de 1980, destinada à Divaldo Antônio de Lorenzo Mendonça, Tenente Coronel, o comandante da 2ª Companhia de Infantaria com sede em Francisco Beltrão - PR.

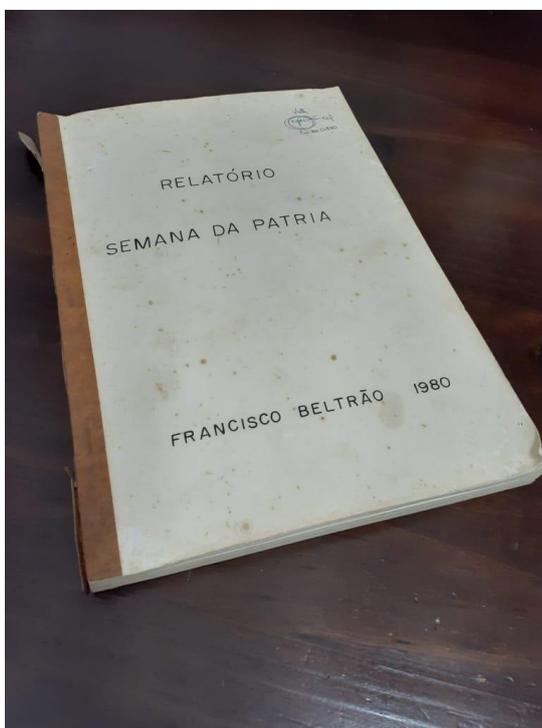


Figura 2. Fotografia do Relatório Semana da Pátria 1980. Fonte: Os autores.

O contato com a fonte se deu por ocasião de visita ao Museu Militar Tenente Camargo⁶, em 2005, quando aquela instituição museal ainda encontrava-se em funcionamento

⁶ Sobre o Museu Tenente Camargo ver: “ZATTA, Ronaldo. Museu Tenente Camargo: tentame frustrado do Exército para criação de um museu casa histórica militar. **Grifos**, Chapecó, n. 36 e 37, pp. 147-159, 2014”. Disponível em: < <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/2590> >.

nas dependências do quartel de Francisco Beltrão – PR. Naquela ocasião, a fonte era exposta como parte do acervo militar que retratava a extinta unidade de Infantaria do Exército brasileiro, a 2ª Companhia de Infantaria, cuja história se confunde com a conflituosa colonização regional, que fomentou, em 1957, a Revolta dos Possseiros.

Portanto, trata-se de um documento oficial, de setembro de 1980 – cuja emissão se dá logo após comemorações de 7 de setembro – composto por 25 páginas, não numeradas, constituído por 8 páginas de informações datilografadas e por 17 páginas de montagem fotográfica. O documento é majorado por extensos anexos que divagam entre portaria de nomeações de equipes de trabalho, convite, ordem de serviço, ofícios circulares, programação de evento, boletim militar da 2ª Companhia de Infantaria, croqui de desfile, regulamento de desportos, boletim da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, recorte de jornais que noticiaram o evento e relatório de atividades cívicas das escolas rurais.⁷

Aspectos avultáveis pela análise da fonte documental

Nota-se na construção da narrativa histórica que “Contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador!” (BACELLAR, 2011, p. 63). Neste sentido cabe pensar o Relatório em estudo com o Brasil de 1980, questionando qual era o contexto de sua época e o significado de tais comemorações intervindas pelo Estado militarizado. Se por um lado, vê-se a primeira metade da década de 1980 como a fase final do Regime Militar, onde a intensidade da ação dos órgãos repressivos abria espaços para o ressurgimento das insígnias da abertura política; por outro, tem-se um documento oficial produzido por um regime repressivo estabelecido em sua plenitude, e estruturado burocraticamente.

Em termos amplos, o final da década de 1970, e a década de 1980, assistiram, por toda a América Latina, um intenso processo de redemocratização, com a substituição das ditaduras militares que dominavam o panorama continental. O Brasil, não foi um caso modelar de transição democrática, mas teve suas especificidades que culminou na transição pactuada de 1985. Em 1979, assumiu o cargo o último general-presidente, João Baptista de Oliveira Figueiredo, sacramentando uma sucessão de governos militares do Regime Militar brasileiro. Este governo tomou como meta a fase final da abertura política. Pensada para ser lenta e

⁷ Outro sim, este estudo aderiu o princípio anunciado pelo Professor da Pós-Graduação em História da UFPR, Dennison de Oliveira, em pensar a pesquisa histórica em um sentido prático de hipertexto, a chamada História Hipertextual, que visa disponibilizar aos leitores na íntegra, todas as fontes de pesquisas, de forma livre e gratuita. O documento utilizado para esta pesquisa histórica está disponibilizado em link que segue, estando ativo na plataforma Google Drive para compartilhamento. Disponível em: < https://drive.google.com/open?id=1K9VDXNK7bcnSnxICOr_u8_7rMKEnk-m7 >. Acesso em: 22 out. 2019.

gradual, com condução limitada pelos próprios militares, a abertura política vivia uma forte pressão popular de iniciativa política partidária. (DA SILVA, 2003). Figueiredo prometia uma nova forma de governar, mais próxima das demandas sociais, porém sem abandonar os valores e princípios do regime. Por ocasião de sua assunção ao poder, Figueiredo encontrava oposição na parcela radical das forças armadas que permanecia resistentes a abertura, mesmo assim a agenda de reforma do regime passou por três momentos importantes que caracterizaram este período: a Lei da Anistia e a reforma partidária – ambas de 1979 – e a volta das eleições diretas para governadores. Especificamente, o ano de 1980 foi marcado por um agravamento da crise econômica, bem como as greves gerais que contavam com o apoio para além dos movimentos sindicais, citados neste contexto o apoio da Igreja Católica, dos movimentos estudantis e do MDB. (NAPOLITANO, 2014).

Se em nível nacional a gestão militar via-se contestada, no Sudoeste do Paraná os militares gozavam de prestígio junto aos locais, parcialmente explicado pela ação conciliatória na Revolta dos Posseiros de 1957, onde o destacamento militar local tomou partido junto aos posseiros, contra as companhias imobiliárias, e sua permanência na demarcação de terra pelo GETSOP, que na prática legalizou a situação dos posseiros na região.⁸ Foi no panorama nacional de greves, crise econômica, aumento do desemprego e retomada dos movimentos populares no Brasil, predicados que marcaram a abertura política nos anos 80, que fora elaborado o documento que norteia este estudo. Emitido por um departamento municipal qual respondeu, naquele período, à um chefe executivo eleito pelo partido de situação nacional, a ARENA – Aliança Renovadora Nacional, criado em 1965, para prover sustentação política ao Regime Militar brasileiro.

Talvez o principal aspecto, se não o mais extraordinário, sobre o Relatório da Semana da Pátria de 1980, emitido pelo DEC – Departamento de Educação e Cultura do Município de Francisco Beltrão – PR, é que se tratava de um evento de caráter nacional, que cumpria determinações diretas da SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, qual previa, além do *slogan* “INDEPENDÊNCIA SOMOS TODOS NÓS”, que titulava as comemorações daquele ano, as diretrizes gerais para execução das festividades, cujos objetivos definidos – vistos no item 3 do documento – eram:

- Propagar a coesão e integração nacional.

⁸ Ver: ZATTA, Ronaldo; VANNINI, Ismael Antônio. O Sudoeste do Paraná e a presença militar na fronteira: aspectos de uma “comunidade imaginada”. **Vozes, Pretérito & Devir**, Teresina, Ano III, Vol. 5, n. 1, pp. 289-308, mar. 2016.

- Estimular a participação de cada brasileiro no processo de desenvolvimento do País.
- Oportunizar a educação cívica e o culto do patriotismo.
- Relembrar fatos históricos que fizeram a História de nossa Pátria. (Relatório Semana da Pátria, 1980, n/p).

Carlos Fico tem alertado os pesquisadores do Regime Militar brasileiro que a ideia de pensar os militares na simplista concepção de “truculentos e algozes”, não permite a plena compreensão da estrutura da ditadura militar brasileira. (FICO, 2004). Acredita-se que o governo estabelecido pelas forças armadas em 1965, que se estendeu por mais de duas décadas, não se sustentou, unicamente, pelas censuras, perseguições políticas e ações repressivas do Estado. Mas sim, por ser pensado, articulado e estruturado em um projeto que visava a construção de um ideário de nação. Desta forma, comemorações da Semana da Pátria de 1980, em regiões periféricas aos centros políticos e econômicos do Brasil, faziam parte de um contexto determinado pelo Governo Militar a nível nacional. E, a análise dos objetivos, ditados pela SECOM, permite afirmar que os militares compreendiam que as atividades culturais criavam identidades coletivas, necessários para construção de uma nação segundo seus ideais, e fizeram das comemorações da pátria um culto cívico para propagação destas identidades.

O documento chama atenção, em sua justificativa, onde se refere que durante a Semana da Pátria há o dever de “destacar a valorização dos instrumentos de cultura e suas manifestações”, premissa que as forças armadas, juntamente com o poder público local, possuíam o entendimento que a cultura era o caminho para consolidar seu pensamento; e, “por ser a cultura um processo global onde se define os traços básicos de um povo e lhe dá personalidade”, é possível afirmar que os organizadores das comemorações à Pátria, representantes de um governo nacional, compreendiam que atuando nos elementos culturais variados, obteriam espaço para integração social, levando seu pensamento político ideológico que visavam o projeto de nação... Enfim, o documento remete que os organizadores das comemorações dispõem de uma consciência clara em relação ao seu projeto pela via cultural.

A historiografia nos ensina que comemorar significa, então, “reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal. (SILVA, 2002, p 432). Destaca-se, mais uma vez, a intensão do evento, no sentido de promover a integração social. Observa-se no item 4.1 do documento, no que tange ao conteúdo programático, que as atividades da semana da pátria se diversificam para atender os diferentes seguimentos, tais

como atividades cívicas, culturais, esportivas, sociais e religiosas. Ainda, no terceiro parágrafo do item 2 – Justificativa, onde se lê: “Procurou-se fazer todas as camadas da população participar ativamente da solenidade”; nota-se um caráter pedagógico na necessidade de envolver toda a sociedade nas comemorações, seu ímpeto de integrar e unificar. Essa definição pedagógica das comemorações da Semana da Pátria volta a ser reafirmada neste documento quando trata a parada como desfile militar estudantil, uma forma de linguagem para definir a abrangência do desfile, para além, das fileiras militares, envolvendo, especialmente e intencionalmente, as instituições de ensino regionais, os cidadãos em processo de formação identitária.

Desta forma, a

exigência social e política da lembrança ou da comemoração comporta em si uma dimensão ética, na medida em que se considera bom (correto) ou justo manter viva a memória de tal ou qual pessoa, de tal ou qual evento, como imperativo pedagógico da formação e da informação, consistência da durabilidade da comunidade para a qual essa lembrança é fator de coesão de identidade. (TEDESCO, 2011, 163-164).

Essa ideia de reforçar a identidade do povo como nação está retomada na sequência do documento, no mesmo item 2, quando ressalta que “É a cada 7 de setembro que se intensifica o elo que liga o presente e o passado e se projeta no futuro uma nação independente. Assim a conquista e a manutenção da liberdade dependem, acima de tudo, da participação do povo”. Quanto a participação, vale destacar que as mais variadas instituições são registradas como participantes da programação. E, quando, referido às entidades públicas, e privadas, associações de classes e demais registradas no item 6. Participação, se amplia o leque para a sociedade organizada. É possível, afirmar que a integração social entre governo e sociedade encontrava-se vigorando naquela comunidade, caso contrário não haveria uma efetiva participação. Os registros mostram que essa participação foi destacável, efetiva e maciça quando lista mais de sessenta entidades que participaram dos programas esportivos, culturais cívicos e litúrgicos. Também se percebe, no mesmo trecho da justificativa, o discurso de divisão de responsabilidade, racionando com a participação popular, a responsabilidade pela estabilidade política do país e o desenvolvimento da nação.

Interessante é perceber como predicado relevante a estrutura burocrática do Estado, o controle em seu funcionamento, e conseqüentemente, a produção do documento citado.

Pois,

De maneira resumida, pode-se afirmar que a ditadura brasileira – como as demais do Cone Sul – atuou de duas formas simultâneas: através da atividade burocrática, seguindo cadeias de hierarquia e mando, e dividindo responsabilidades entre as diferentes instituições (Forças Armadas, órgãos de informação, polícia, etc) e através de ações clandestinas. [...] As duas formas pressupõem estruturas hierárquicas, com organização burocrático-militar, cuja prática implicava em criar registros, redigir informes, organizar prontuários e arquivos. Manter e alimentar esses registros, acumulá-los e ordená-los, fazia parte das tarefas habituais das ditaduras sul-americanas. (BAUER; GERTZ, 2009, p. 175).

A produção de documentação durante o Regime Militar brasileiro desenvolveu sumariamente uma cultura burocrática de “cumprimento de ordens”, mas também revelou a importância dada à informação, que passou a orientar as ações repressivas do Estado. Resultante disso foi a criação do SNI – Serviço Nacional de Informações que, em território nacional, coordenava os informes de interesses da Segurança Nacional. (BRASIL, 1964, p. 3). É neste sentido, que a produção, a manipulação e o arquivamento de informações durante o Regime Militar brasileiro oportunizaram a elaboração do documento central desta pesquisa: o “Relatório Semana da Pátria Francisco Beltrão 1980”.

Observa-se que a coordenação do evento, ficou a cargo do Departamento de Educação e Cultura municipal, em conjunto com 2ª Companhia de Infantaria – Organização Militar local – e a 48ª Inspeção Regional de Ensino – o equivalente atual ao Núcleo Regional de Educação. Trata-se da organização de um evento do calendário cívico nacional, determinado, com orientações expressas, da Presidência da República, qual envolve e integra setores públicos da esfera Federal (Exército), Estadual (Inspeção de Educação), Municipal (DEC), porém a execução ficou a cargo dos setores de Ensino. O que permite, mais uma, vez ressaltado o caráter didático das comemorações.

O “Relatório Semana da Pátria – Francisco Beltrão 1980” é um documento emitido pelo DEC - Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Departamento que estava subordinado ao chefe do Poder Executivo, Prefeito João Batista de Arruda, que por sua vez fora eleito pela ARENA em 1977, o partido criado para dar sustentabilidade ao Regime Militar instituído, o que desponta uma política de integração entre o poder público municipal e o alinhamento militar. O relatório, em sua conclusão, foi assinado após a realização das comemorações, pelo Prefeito Municipal, Sr. João Batista de Arruda, pelo Diretor do DEC, Sr. Luiz Carlos Niederheitmann, e pelo Inspetor Regional de Ensino, Sr. Ari José Ventura, e encaminhado, exclusivamente, para vistos do Comandante Militar

local, o Tenente Coronel Divaldo Antônio de Lorenzo Mendonça, da 2ª Companhia de Infantaria.⁹

Sim, o relatório em questão é uma prestação de contas do serviço cultural desempenhado pela comissão organizadora do evento, que liderada pelo Prefeito Municipal se reportava à autoridade militar de área para dar satisfação dos trabalhos realizados. No último item do relatório, a Conclusão – item não numerado – a Comissão Organizadora faz uma avaliação própria do que chama de “missão” desempenhada, e encaminhado à autoridade militar.

A Comissão Organizadora de todas as solenidades, também, espera ter cumprido com a sua missão e que o próximo ano haja, novamente, comemorações que venham a dar um destaque todo especial à data máxima do calendário cívico brasileiro – SEMANA DA PÁTRIA.

Francisco Beltrão, Setembro de 1980



Figura 3. Prefeito Municipal, João Batista de Arruda, hasteando a bandeira do Brasil na abertura das Festividades da Semana da Pátria – Francisco Beltrão-PR, 30 de ago. de 1980. Fonte: Relatório da Semana da Pátria 1980.

⁹ O documento foi visto em 20 de out. de 1980, na sua capa e em todas suas páginas, pelo comandante Divaldo Antônio de Lorenzo Mendonça, anunciando sua aprovação. Remetido ao arquivo da unidade militar de Francisco Beltrão, permaneceu por quase três décadas até ser exposto como acervo do Museu Casa Histórica Militar Tenente Camargo, onde foi acessado para esta pesquisa.

Encerrado pela Conclusão, o “Relatório Semana da Pátria Francisco Beltrão 1980”, é acrescido de 17 páginas, compostas por 27 imagens que compõe a seção “MONTAGEM FOTOGRÁFICA”. Algumas em preto e branco, outras em cores, as fotografias capturam alguns momentos significativos das festividades à Pátria. Percebe-se que, na maioria dos registros, há um esforço para destacar crianças de diferentes estabelecimentos de ensino, os quais tiveram a participação registrada em maior constância naquele evento. A exemplo disto, a foto anterior, onde o Prefeito Municipal, João Batista de Arruda, hasteia a bandeira nacional, dando abertura das comemorações, cercado de crianças.

Interessante ressaltar que a participação das escolas não foi unanimidade, pois o colégio confessional católico fixado em Francisco Beltrão, o Colégio Nossa Senhora da Glória conhecido pela designação de Colégio das Irmãs ou das Religiosas, deixou de liberar os seus alunos para participar do desfile de 7 de setembro. Também, não permitiu que o seu Conservatório Musical incorporasse nas festividades previstas no cronograma do evento, item 6.2, compondo o Programa cultural. O ato foi tido como díspar, em comparação aos anos anteriores, e tomado pela comunidade local, majoritariamente católica, como fato intrigante. A reclamação pública da ausência do Conservatório Musical na Noite Cultural daquela festividade, e pelo fato dos alunos não serem liberados para o desfile, muitos sob o regime educacional de internato, foi notícia de capa do Jornal do Iguaçu em 09 set. 1980. (JORNAL DO IGUAÇU, 09 set. 1980, p. 1). Nota-se neste ponto um atrito nas comemorações, pois o Conservatório Musical era tido como componente cultural e de fé católica regional.

Pelas fontes acessadas não é possível esclarecer a motivação desta ausência institucional ao ato convocatório do executivo municipal. Entretanto, é plausível problematizar o fato institucional vinculando às questões nacionais que representavam aquele momento político. Sabe-se que a Igreja Católica, como instituição, estava dividida em duas alas, uma que defendia a reabertura política prometida pelos governos militares, outra, mais radical, que apoiava movimentos dos partidos de esquerda que aspiram uma outra proposta ideológica. De qualquer forma, ambas não apoiavam o regime de exceção que perdurava no país, postando-se em uma posição política de não alinhamento. Entretanto, mesmo sem liberar os alunos para o desfile, a missa de Ação de Graças foi realizada conforme a programação litúrgica do evento, celebrada na Matriz Nossa Senhora da Glória, centro de Francisco Beltrão, encerrando as comemorações daquele ano.

Dentro de um cronograma de execução, a coordenação das comemorações da Semana da Pátria, previa também, o desenvolvimento de atividades cívicas na zona rural do município

– item 5. Zona Rural. A atividade foi elaborada por uma Ordem de Serviço, emitida pelo DEC, que visava constituir um cronograma para as escolas localizadas no interior do município, que por conta de logística, e/ou distâncias, deixariam de ter presença marcada nos eventos urbanos. O relatório aponta que foram desenvolvidas atividades, entre 06 e 07 de setembro de 1980, em 97 escolas da zona rural. Este apontamento parece revelar a preocupação, que direcionou atenção dos organizadores, à nível nacional, em perceber a zona rural do país com região sensível e suscetível aos conflitos políticos do período militar brasileiro.

Considerações Finais

No caso em estudo, percebe-se que foi afastamento temporal que permitiu o acesso aos arquivos resultantes do período militar, sendo possível consultar o Relatório da Semana da Pátria de 1980, qual estava disponibilizado como acervo museal, no início do século XXI, compondo a memória institucional de uma pequena unidade militar, já extinta pelo Exército brasileiro, a 2º Companhia de Infantaria instalada no município de Francisco Beltrão – PR

E, a análise primária deste documento, consente em afirmar que as comemorações da Semana da Pátria, estudadas pontualmente no município de Francisco Beltrão-PR, mas que representam uma política cultural num panorama nacional, assinalam dois aspectos relevantes sobre a história do Regime Militar brasileiro.

Primeiro, havia nos esforços militares de formação da nação, segundo seus ideais, uma nítida orientação de condutas com objetivos bem específicos, que pretendiam construir uma identidade política nacional, através de um projeto de governo. E, segundo, a burocracia hierarquizada, extremamente definida, revelada que havia entre instituições militares, setores públicos, organizações civis, associações de classe e serviços e empresas privadas, uma divisão de responsabilidades na construção idearia da nação brasileira pensada pelos militares, demonstrando responsabilidades no destino da nação.

E, diretamente ligada aos dois aspectos supracitados, cabe citar também, a preocupação do direcionamento das atividades culturais para o público estudantil, infante juvenil, que compôs em grande maioria a tomada fotográfica do evento, permitindo afirmar que se tratava da principal parcela social visada pelas ações cívicas patrióticas, intentadas pelas comemorações da Semana da Pátria de 1980, que têm se revelado com um caráter pedagógico social daquelas festividades.

Referências

Bibliografia:

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René Ernaini; Arquivos de Regimes Repressivos: Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA; Tania Regina de. (Orgs.) **O Historiador e suas fontes**. São Paulo, Editora Contexto, 2009, pp. 173-194.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo, Editora Contexto, 2001, pp. 23-80.

BRASIL. Lei n. 4341 de 13 de jun. de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. **Diário Oficial da União**, 15 jun., 1964.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil – 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; **Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 243-282.

EXERCITO BRASILEIRO. **Fogo simbólico da Pátria**. c2017. Disponível em: < https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/9-bi-mtz-fogo-simbolico-da-patria >. Acesso em: 23 out. 2019.

FICO, Carlos. **Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro/São Paulo, 2004.

JANCSÓ, István. (Org.) **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Unijuí, 2003.

Relatório da Semana da Pátria Francisco Beltrão 1980. Disponível em: < https://drive.google.com/open?id=1K9VDXNK7bcnSnxICOr_u8_7rMKEnk-m7 >. Acesso em: 22 out. 2019.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso Império**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo, Editora Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. 7 de setembro de 1822: Independência do Brasil. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) **Dicionário de Datas da História do Brasil**. São Paulo, Editora Contexto, 2007, pp. 207-210.

PEREIRA, Luciene Maria Pires; LIMA, Ana Lúcia Sales de. A construção do Império do Brasil: análise do processo de construção do estado brasileiro. In: **Encontro Internacional de**

Produção Científica UniCesumar, n. 9, Maringá. Anais Eletrônicos do IX Encontro Internacional de Produção Científica. Maringá, 2015, pp. 1- 7. Disponível em: < http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2015/anais/luciene_maria_pires_pereira_1.pdf >. Acesso em: 18 set. 2019.

SARDAGNA, Helena Venites. **As comemorações do Sete de Setembro no Período 1930-1945**: constituindo sujeitos na trama discursiva de uma instituição de ensino confessional católica. São Leopoldo, 2004. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Mestrado em Educação – Universidade Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: < http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3286/comemoracoes_sete.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em: 18 set. 2019.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2002, pp. 426-438.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: Editora da UPF, 2004.

TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces**: introdução a uma análise sócio-histórica da memória. Passo Fundo. Editora UPF/Xanxerê/Editora UNOESC/Porto Alegre. Editora Suliani Letra & Vida, 2001.

ZATTA, Ronaldo. Museu Tenente Camargo: tentame frustrado do Exército para criação de um museu casa histórica militar. **Grifos**, Chapecó, n. 36 e 37, pp. 147-159, 2014.

ZATTA, Ronaldo; VANNINI, Ismael Antônio. O Sudoeste do Paraná e a presença militar na fronteira: aspectos de uma “comunidade imaginada”. **Vozes, Pretérito & Devir**, Teresina, Ano III, Vol. 5, n. 1, pp. 289-308, mar. 2016.

Jornais:

Folha do Sudoeste. Francisco Beltrão, 13 de set. 1980.

Jornal do Iguçu. Francisco Beltrão, 9 de set. 1980.

O Estado do Paraná. Curitiba, 13 de jul. 1980.

O Estado do Paraná. Curitiba, 27 de jul. 1980.

O Estado do Paraná. Curitiba, 31 de ago. 1980.

Recebido em 26 de outubro de 2019

Aprovado em 15 de março de 2020